

O retrocesso das políticas de juventude no Ceará

O ano de 2007 trouxe uma nova página na história política do Ceará, a primeira vez que um partido de esquerda assumiu o Palácio de Iracema. A chapa de oposição ao governo das mudanças, a vinte anos a frente do Ceará, chegou ao governo com o desafio de diminuir as mazelas e a desigualdade social causadas pelos anos de coronelismo e neoliberalismo que assolaram nosso povo. O novo governo é tributário das esperanças e da confiança do povo e da sociedade civil organizada, a qual espera ter voz ou pelo menos canais de diálogo com o governo Cid Gomes.

No entanto, um detalhe foi observado no novo organograma do governo estadual, a extinção da secretaria de esporte e juventude, não por causa do esporte que ganha mais força e uma secretaria específica, além do investimento maciço que recebe graças às potencialidades desportivas de nosso estado, mas da ausência do órgão que trata das políticas de juventude dentro do governo.

As políticas de juventude são conquistas das organizações juvenis que durante muito tempo, principalmente a partir da década de 90, construíram intervenções nas mais diversas áreas e apresentaram demandas concretas ao poder público sobre a necessidade de se ter políticas que colaborassem no desenvolvimento humano da juventude brasileira, que erradicasse o analfabetismo, a gravidez não planejada e as DST/AIDS, que desse oportunidade ao primeiro emprego e a geração de renda, que potencializassem as expressões artísticas e culturais dos jovens além de levar a universidade, os jovens de escola pública e de famílias pobres, principalmente os negros. Essas foram algumas demandas apresentadas pelos movimentos que hoje lutam para que essas políticas possam ser absorvidas pelo estado de direito e não apenas de governo, que dependem da boa vontade do grupo político gestor para serem implementadas.

Dois instrumentos são fundamentais para que essas políticas possam ganhar caráter institucional; um órgão de políticas de juventude que pense a política como um todo e coordene a execução com os demais órgãos de governo e um conselho de participação da sociedade para o diálogo institucional com os maiores interessados no sucesso das políticas; os jovens.

No Ceará tivemos um avanço importante, a criação de um órgão que articulasse as PPJ's, justamente a SEJUV que hoje não se encontra mais no organograma estadual. Concordamos que os resultados da atuação da SEJUV não foram nada satisfatórios, inclusive nenhum relatório foi apresentado à equipe de transição sobre as políticas de juventude, talvez resultado da falta de planejamento, foco e organização no que diz respeito a sua atuação dentro do governo. Também concordamos que a concepção de políticas de juventude do governo anterior não condizia com as demandas das juventudes cearenses, o órgão de juventude atrelado ao esporte, a falta de participação da sociedade civil, são exemplo de uma concepção equivocada apresentada nos últimos quatro anos.

Porém, não podemos negar que a existência da SEJUV (secretaria de juventude) dava um norte no diálogo do governo com a sociedade civil, pois tínhamos pelo menos uma reverência de quem cobrar os resultados dentro da administração.

Acreditamos que a juventude possa ter um espaço na gestão do estado com a missão de construir canais de dialogo com os jovens, garantindo uma premissa importante das políticas de juventude ; o protagonismo juvenil, além de desenvolver prioridades e metas dentro de um plano estadual de juventude com ação transversal em todas as áreas do governo que ficasse sobre sua supervisão e acompanhamento. Consideramos um retrocesso e um ataque as conquistas da juventude sua extinção, que poderia ganhar um novo formato e concepção, assim como foi feito com o trabalho e a assistência social.

As organizações juvenis voltam à estaca zero em relação ao dialogo com o governo estadual e precisam mobilizar-se no intuito de restabelecer um espaço de gestão das políticas publicas, agora com uma nova concepção e um novo formato desvinculados de secretarias temáticas, e um conselho estadual de juventude que estabeleça o dialogo institucional com a sociedade civil.

Acreditamos no caráter progressista do novo governo e no poder de mobilização e na qualidade da intervenção das organizações juvenis para em breve corrigirmos esse grande equívoco e desfeita com a juventude Cearense

David Barros
Presidente do IJC